

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do Município de Senador Canedo-GO

ANALISTA DE SAÚDE - TERAPEUTA OCUPACIONAL

CADERNO DE QUESTÕES

21/06/2026

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Legislação aplicada ao Setor Público	11 a 20
Políticas e Legislação de Saúde	21 a 30
Conhecimentos Específicos	31 a 50
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado do seu CARTÃO-RESPOSTA, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

Apreciar o pôr do sol é um autocuidado.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha e prova discursiva. Cada questão de múltipla escolha apresenta 04 (quatro) alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta. A prova discursiva é composta por 1 (uma) questão sobre o conteúdo programático previsto para os conhecimentos específicos do cargo e deverá ser respondida em, no máximo, 30 (trinta) linhas.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o fiscal de sala.
4. Assinale as respostas no cartão-resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, preenchendo integralmente apenas um alvéolo por questão. O(A) candidato(a) que marcar o cartão-resposta com rasura ou fizer mais de uma marcação por questão, ainda que legível, ou não preencher o campo de marcação corretamente ou não marcar a questão no cartão-resposta, terá pontuação 0,0 (zero) na questão.

CONCURSO PÚBLICO

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 01 a 10

Leia o **Texto 1** para responder às questões de **01 a 03**.

Texto 1

Eu não acredito na transparência do olhar sobre mim ou sobre os outros. O olhar puro e transparente pressupõe uma essência e uma capacidade que eu acredito que não sejamos portadores. Eu não poderia olhar para mim, porque não tenho uma essência e nem sou permanentemente algo. Eu sou uma soma de muitas coisas e posso ter, sobre mim, opiniões muito variadas e distintas.

Uma fábula indiana de que gosto muitíssimo narra que quatro cegos se aproximam de um elefante. O primeiro cego, que nunca tinha visto um elefante, diz, ao apalpar seu abdômen, que ele se parece com uma parede. Outro cego diz que ele se parece com uma corda, ao apalpar sua cauda. O terceiro diz que ele se parece com quatro colunas, ao apalpar suas pernas, e o último cego diz que o elefante se parece com uma espada, ao apalpar o marfim. Todos os quatro têm razão e todos eles deram uma visão parcial do elefante. A verdade não é a soma dos quatro, porque o elefante não é uma parede, corda, colunas e espada: é algo ainda além disso.

Eu não acredito na transparência. Porém, não acredito também que estamos condenados ao olhar opaco. Ao defender que não existe o olhar opaco, quero dizer que não estamos condenados ao narciso permanente de nós mesmos num espelho, como uma velha que pergunta ao espelho se haverá alguém mais bela do que ela, e que só aceita uma resposta ou ameaça quebrar o espelho, caso a resposta não seja aquela.

Eu não acredito na transparência e nem na opacidade do olhar. Eu acredito que o exercício crítico, a filosofia, a psicanálise, a história, a antropologia, a sabedoria, a idade, a experiência, a dor – todas essas coisas podem tornar o meu olhar cada vez mais translúcido.

Cada vez mais eu olho para os outros, mas nunca os verei. Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer. Logo, nunca terei domínio de tudo, por que não sei ainda como é morrer. Como diz Woody Allen: “Não tenho nada contra a morte. Só não gostaria de estar presente.”

KARNAL, Leandro. Por que nunca chegaremos à verdade. In: *Fronteiras do Pensamento*. Site. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/leandro-karnal-por-que-nunca-chegaremos-a-verdade>. Acesso em: 26. nov. 2025. [Adaptado].

QUESTÃO 01

O texto apresentado desenvolve uma reflexão sobre a impossibilidade de um olhar plenamente transparente sobre si e sobre o outro, recorrendo a reflexões filosóficas, e a narrativas e referências culturais para construir seu ponto de vista. Considerando a tipologia e o gênero textual-discursivo, compreende-se que o texto

- (A) pertence ao gênero ensaio filosófico, caracterizado pela exposição sistemática e logicamente encadeada de conceitos, com estrutura rígida e terminologia técnica própria das ciências humanas, cujo objetivo é apresentar uma tese formal e conclusiva.
- (B) pertence ao gênero crônica reflexiva, pois parte de acontecimentos cotidianos, narrados em tom leve, para construir um comentário subjetivo sobre a percepção humana, mantendo foco na dimensão narrativa mais que no argumento.
- (C) realiza um movimento típico do ensaio contemporâneo: combina reflexão subjetiva, argumentação aberta, referências literárias e filosóficas e liberdade composicional, sem pretensão de sistematicidade, organizando-se mais como exploração de ideias do que como defesa rígida de uma tese.
- (D) configura-se como um artigo de divulgação científica, uma vez que traduz conceitos filosóficos complexos para o grande público, utilizando exemplos e analogias com o intuito central de transmitir conhecimento especializado de maneira acessível.

QUESTÃO 02

No trecho “Cada vez mais eu olho para mim, mas nunca captarei, pois sempre me falta a experiência totalizadora, a última, a absoluta - que é morrer”, temos um caso de próclise

- (A) obrigatória, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (B) proibida, na medida em que apenas advérbios negativos funcionam como atratores do pronome para próclise.
- (C) facultativa, na medida em que se trata de uma preposição, um dos reconhecidos atratores pronominais.
- (D) canônica, na medida em que os advérbios, quando modificam diretamente o sentido do verbo, são considerados atratores pronominais.

QUESTÃO 03

O texto apresenta uma reflexão sustentada por um percurso argumentativo que discute a impossibilidade de um “olhar transparente” e, ao mesmo tempo, recusa um “olhar opaco”. Para tanto, recorre a múltiplas vozes culturais, filosóficas e literárias. Nesse movimento, o autor articula referências diversas: a fábula indiana dos quatro cegos e o elefante, figuras do imaginário literário universal como Narciso e a “velha que pergunta ao espelho” (a Rainha Má, de Branca de Neve), além de uma citação humorística atribuída a Woody Allen. Considerando esse conjunto, a construção argumentativa do texto se caracteriza por

- (A) o uso de interdiscursividades e intertextualidades explícitas que funcionam como matrizes simbólicas culturalmente compartilhadas, reforçando a ideia de que nenhum sujeito alcança uma compreensão total de si mesmo ou do outro.
- (B) o emprego de referências simbólicas de caráter meramente ilustrativo, que não contribuem de modo significativo para a argumentação, limitando-se a exemplos pontuais sem articulação com discursos culturais consolidados.
- (C) a presença de alusões culturais que compõem enfeites estilísticos com pouca interação com a progressão argumentativa, atuando de maneira independente do eixo conceitual do texto ao não dialogarem com os saberes partilhados.
- (D) a utilização de menções a personagens que são empregadas para caracterizar o estilo figurativo do autor, sem produzir impactos na progressão argumentativa ou no modo como o leitor é levado a compreender a complexidade do olhar e a necessidade da reflexão empática.

RASCUNHO**QUESTÃO 04**

A coesão textual é responsável pela construção da articulação do texto e sua progressão. Há diferentes formas de construir tais processos. O uso de conectores é um caso claro de processo coesivo, o qual pode configurar uma coesão:

- (A) referencial, a qual diz respeito à retomada ou antecipação de elementos do texto por meio de pronomes, advérbios e expressões nominais que estabelecem vínculos de referência interna.
- (B) semântica (ou lexical), a qual se realiza por meio da repetição, substituição lexical, uso de sinônimos, hiperônimos ou termos do mesmo campo semântico, como é o caso dos conectores.
- (C) substitutiva (ou por elipse), uma vez que essa modalidade opera pela omissão ou substituição de elementos já mencionados, permitindo evitar repetições desnecessárias, ao passo que os conectores substituem termos ao articular segmentos textuais.
- (D) sequencial, na medida em que os conectores organizam a progressão temática e a relação lógico-discursiva entre partes do texto — como causa, contraste, consequência, conclusão, adição etc. —, garantindo a continuidade textual.

RASCUNHO

QUESTÃO 05

Leia o texto a seguir.

Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada.
Aceito os subterfúgios que me cabem,
sem precisar mentir.
Não tão feia que não possa casar,
acho o Rio de Janeiro uma beleza e
ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
Mas, o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
Inauguro linhagens, fundo reinos
— dor não é amargura.
Minha tristeza não tem pedigree,
já a minha vontade de alegria,
sua raiz vai ao meu mil avô.
Vai ser coxo na vida, é maldição pra homem.

PRADO, Adélia. Poema "Com licença poética", publicado na obra *Bagagem*, de 1976.

No poema, a voz lírica combina reflexões existenciais com afirmações de ordem social e cultural, articulando-as por meio de escolhas lexicais que produzem efeitos de subjetividade e modalização. Em que medida e de que forma a classificação gramatical das palavras pode produzir efeitos de sentido particulares no texto?

- (A) Nas expressões "cargo muito pesado pra mulher" e "esta espécie ainda envergonhada", os termos "muito" e "ainda" funcionam, respectivamente, como advérbio de intensidade e advérbio temporal, produzindo um efeito de dramaticidade pela imposição social que recai sobre a figura feminina.
- (B) Em "não tão feia que não possa casar", a palavra "tão" é um adjetivo, pois qualifica o substantivo subentendido "eu", funcionando como núcleo de predicação que reforça a autopercepção irônica da voz lírica, que é o eixo semântico central do poema.
- (C) No verso "Mas, o que sinto escrevo", os termos "mas" e "que" pertencem à mesma classe gramatical — conjunções coordenativas —, estabelecendo uma relação de oposição e explicação, respectivamente, entre as orações do período, gerando o efeito subversivo no poema.
- (D) Em "dor não é amargura", os vocábulos "dor" e "amargura" pertencem à classe dos substantivos abstratos, contribuindo para que a oposição semântica ultrapasse o campo meramente fisiológico e revele uma reflexão sobre a experiência humana, típica da poética da autora.

Leia o **Texto 2** para responder às questões **06** e **07**.

Texto 2

O movimento conhecido como cultura do cancelamento, que começou, sim, como uma forma de chamar a atenção para injustiças de todo tipo e proteção ambiental, se tornou uma arma de execração pública e de censura capaz de atingir indistintamente anônimos e famosos, tanto faz.

A cultura do cancelamento é um linchamento virtual e é assim que vou chamá-lo, pois funciona como o conhecido linchamento ou linchagem, que é o assassinato de uma ou mais pessoas cometido por uma multidão com o objetivo de punir um suposto transgressor.

Basta um registro aleatório jogado na internet de um possível ato reprovável ou que contrarie os valores geralmente aceitos como corretos, para que uma pessoa seja marcada permanentemente pelo linchamento virtual [...].

Para muitos não há uma segunda chance. As redes sociais tornaram-se reféns dos excessos irrazoáveis do justicamento do cancelamento.

Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis — como racismo e violência sexual, dentre outros — tornou-se uma ameaça, pronta para destruir reputações a qualquer preço. E isso exige vigilância e um combate jurídico dos excessos na mesma proporção, rapidez e intensidade [...].

WILIANS, Nelson. Linchamento virtual: a cultura do cancelamento. Estúdio Folha, *Folha de São Paulo*, 10. Fev. 2021. Disponível em: <https://estudio.folha.uol.com.br/nelson-wilians/2021/02/linchamento-virtua-a-cultura-do-cancelamento.shtml>. Acesso em: 29 nov. 2025.

QUESTÃO 06

Considerando o texto apresentado sobre a cultura do cancelamento, qual é o tipo de argumento predominante empregado pelo autor?

- (A) O argumento de autoridade, citando especialistas e instituições credíveis, respaldadas e reconhecidas para validar sua crítica ao fenômeno da cultura do cancelamento.
- (B) O argumento por analogia, já que o texto se sustenta sobretudo em comparações metafóricas que aproximam o cancelamento de outras práticas sociais degradantes.
- (C) O argumento pragmático, mais especificamente o argumento pelo efeito perverso, pois aponta que um movimento inicialmente positivo gerou consequências negativas e indesejadas.
- (D) O argumento causal, demonstrando tecnicamente as causas estruturais e sociais que originaram o cancelamento como prática de punição digital extremamente corrente em dias atuais.

QUESTÃO 07

No trecho “Assim, a ferramenta que era para intensificar a voz de grupos oprimidos, forçar ações políticas ou banir aqueles que tivessem cometido atos reprováveis [...] tornou-se uma ameaça”, quais diferentes processos de formação e funcionamento morfológico são relevantes para a interpretação do enunciado?

- (A) Em reprováveis, o sufixo *-vel* indica possibilidade ou capacidade, configurando derivação sufixal que atribui ao adjetivo um valor modal.
- (B) Em intensificar, há um caso de derivação regressiva, pois provém do substantivo “intenso” por perda de morfema, recebendo em seguida a terminação verbal *-ar*.
- (C) Em oprimidos, o sufixo *-ido* funciona como marcador de particípio passado originado de verbo regular terminado em *-ir*, não havendo valor adjetival no contexto.
- (D) Em ameaça, há um caso de derivação sufixal de “ameaçar”, sendo o sufixo *-ça* responsável por transformar o verbo em adjetivo abstrato.

RASCUNHO**QUESTÃO 08**

Em uma análise semântica, afirma-se que enunciados com certos verbos factivos, estruturas clivadas e construções com adjuntos temporais tendem a acionar pressuposições estáveis sob negação e sob formas interrogativas. Considere o enunciado:

Foi Maria que deixou de revisar o relatório novamente.

Com base nos testes pressuposicionais, o enunciado aciona a pressuposição de que

- (A) uma revisão prévia do relatório ocorreu, o que se confirma ao aplicar o teste da negação tanto à forma afirmativa quanto à forma interrogativa.
- (B) o relatório era responsabilidade da Maria, o que se confirma ao aplicar o teste da substituição referencial na forma negativa.
- (C) o relatório existia previamente, o que se confirma ao aplicar o teste da negação e se mantém estável na forma interrogativa.
- (D) o relatório foi revisado anteriormente pela Maria, o que não se confirma ao aplicar o teste de factividade, mas se mantém ao aplicar o teste de clivagem.

RASCUNHO

Leia as Charges 1 e 2 para responder às questões 09 e 10.

Charge 1



Jean Galvão, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 23. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/23/jean-galvao.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

Charge 2



Galvão Bertazzi, publicado na seção Cartum da *Folha de São Paulo*, 20. nov. 2025. Disponível em: <https://cartum.folha.uol.com.br/charges/2025/11/20/galvao-bertazzi.shtml>. Acesso em: dez. 2025.

QUESTÃO 09

As charges fazem referência à COP 30, conferência internacional sobre mudanças climáticas que ocorreu em novembro de 2025, em Belém do Pará, no Brasil. Considerando os recursos verbais e não verbais utilizados, ambas

- (A) criticam a falta de representatividade nos fóruns climáticos internacionais, destacando a ausência de países vulneráveis e populações tradicionais nas tomadas de decisão, o que aponta para as contradições do evento.
- (B) denunciam, por meio de ironia, a incoerência entre o discurso ambiental defendido nas conferências e as práticas reais dos participantes, revelando contradições internas do próprio evento.
- (C) enfatizam que os países ricos buscam superioridade política nas conferências, o que é simbolizado pela posição do personagem árabe no topo do tronco cortado e pela mesa circular dominada por delegações do Norte global.
- (D) apontam que a COP 30 será ineficaz por falhas logísticas e organizacionais, representadas pelo fotógrafo desorientado na primeira charge e pela pilha de papéis descartados na segunda.

QUESTÃO 10

Ao considerarmos o funcionamento do gênero textual-discursivo, isto é, sobre a forma como ele se organiza e empreende sentidos, a charge

- (A) dispensa a ativação de conhecimentos sociopolíticos para sua interpretação, por ser um gênero predominantemente icônico.
- (B) gera efeitos de subversão do sentido por meio de uma ruptura sintática entre texto verbal e não verbal ocasionada pelo humor.
- (C) caracteriza-se por apresentar personagens estáveis e narrativas prolongadas, o que a distingue do cartum.
- (D) depende de um contexto de produção imediato, mobilizando interdiscursos e pressupostos compartilhados para produzir seu efeito crítico.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Questões de 11 a 20

QUESTÃO 11

Segundo o art. 37, da Constituição Federal de 1988, funções de confiança e cargos em comissão têm características específicas quanto ao preenchimento. Considerando o texto constitucional, funções de confiança são exercidas por

- (A) servidores lotados em cargos em comissão, livres de exoneração, e que se destinam a atribuições técnico-científicas.
- (B) servidores efetivos, acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- (C) servidores temporários, desde que posteriormente aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) servidores efetivos ou comissionados, nos percentuais mínimos previstos em lei, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

QUESTÃO 12

A ética no serviço público envolve valores e padrões que orientam a atuação do agente estatal. De acordo com fundamentos da ética administrativa, a conduta ética

- (A) limita-se ao cumprimento formal da lei.
- (B) envolve integridade, respeito e responsabilidade.
- (C) pode ser ajustada conforme oportunidade e conveniência.
- (D) é definida pelos servidores do órgão, mudando ao longo do tempo.

QUESTÃO 13

Um servidor comete irregularidade funcional que ocasiona prejuízo ao erário. Nesse caso, considerando os regimes de responsabilização,

- (A) a condenação penal impede responsabilizações civil e administrativa.
- (B) a absolvição administrativa impede responsabilização na esfera penal.
- (C) as responsabilidades administrativas, civil e penal são independentes entre si e podem ser cumuladas.
- (D) as responsabilizações administrativa e civil dependem do trânsito em julgado da ação penal.

QUESTÃO 14

Um administrado punido busca revisão da sanção aplicada, alegando ilegalidade. Nesse caso, ele tem a faculdade de questionar tal fato em sede de controle administrativo, que poderá

- (A) substituir o controle judicial no controle de constitucionalidade e legalidade.
- (B) negar a reavaliação da questão, em razão da vedação da autotutela.
- (C) anular atos ilegais, desde que assegure o contraditório e ampla defesa.
- (D) reavaliar o mérito administrativo em fase recursal, sem motivação.

QUESTÃO 15

Leia o caso a seguir.

Durante a análise de um procedimento de contratação, unidades internas do órgão verificam impropriedades formais e adotam medidas para seu saneamento, enquanto o tribunal de contas, ao examinar o mesmo processo, aplica critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco.

Nesse caso, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o controle envolve

- (A) atuação preventiva, composta por agentes das linhas de defesa e órgãos de controle, que devem aplicar critérios objetivos, imparciais e elaborar relatórios tecnicamente fundamentados durante a fiscalização.
- (B) medidas iniciais de prevenção e controle, tomadas pelo órgão central de controle interno e pelo tribunal de contas, com acesso irrestrito aos documentos e às informações necessárias à realização dos trabalhos, a saber, a primeira linha de defesa.
- (C) atividades de assessoramento jurídico para verificar atos da primeira linha, com foco em regularidade documental e acesso aos atos publicizados no processo, configurando-as como sendo a segunda linha de defesa.
- (D) constatação de impropriedade formal, com remessa imediata ao Ministério Público de cópias dos documentos cabíveis para apuração dos ilícitos de sua competência, independentemente de risco ou dano ao interesse público.

QUESTÃO 16

Em Senador Canedo, ocorrendo vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no terceiro ano do mandato, o preenchimento ocorrerá por

- (A) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até noventa dias após a primeira vaga.
- (B) assunção definitiva do Presidente da Câmara, que é o sucessor legítimo do cargo.
- (C) eleição direta, conduzida pelo Tribunal Regional Eleitoral, em até trinta dias após a abertura da última vaga.
- (D) eleição realizada pela Câmara Municipal em até trinta dias após a abertura da última vaga.

QUESTÃO 17

A Lei nº 1.488/2010 descreve as formas pelas quais um cargo público municipal pode ser preenchido. São formas de provimento de cargo público, nos termos do estatuto, a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento e

- (A) a recondução.
- (B) a remoção.
- (C) a exoneração.
- (D) o remanejamento.

QUESTÃO 18

Servidor responsável pelo serviço de informações recusou, sem fundamento legal, o fornecimento de dado público e ainda retardou deliberadamente a resposta. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, essa conduta

- (A) configura irregularidade meramente formal, resolvida com orientação administrativa, salvo se gerar consequências se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (B) acarreta obrigação de responder ao pedido em prazo posterior, cabendo responsabilização somente se houver dano financeiro direto ao requerente.
- (C) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa e até mesmo ato de improbidade.
- (D) enseja responsabilidade, podendo caracterizar infração administrativa, civil e penal, por ser prática de favorecimento pessoal.

QUESTÃO 19

O Tribunal de Contas exerce função relevante na fiscalização da administração pública. Uma de suas competências constitucionais é

- (A) aprovar previamente todas as leis orçamentárias da União.
- (B) determinar abertura de crédito suplementar em favor de órgãos federais.
- (C) emitir parecer conclusivo sobre projetos de lei ordinária.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos.

QUESTÃO 20

Instrumento de planejamento governamental que estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública para despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos. Tal instrumento é denominado de

- (A) orçamento fiscal.
- (B) plano plurianual.
- (C) diretriz orçamentária.
- (D) demonstrativo de metas fiscais.

RASCUNHO

POLÍTICAS E LEGISLAÇÃO DE SAÚDE

Questões de 21 a 30

QUESTÃO 21

Considerando a legislação que fundamenta as ações de saúde no Brasil, a relação entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Saúde Suplementar caracteriza-se pela atuação da iniciativa privada na assistência à saúde de forma

- (A) paralela ao SUS, prestando serviços de saúde à população em situações de urgência em saúde pública.
- (B) complementar ao SUS, mediante contratos ou convênios, seguindo as diretrizes do sistema público de saúde.
- (C) cooperativa ao SUS, com atuação conjunta, entre instituições públicas e privadas na execução dos serviços de saúde.
- (D) substitutiva ao SUS, assumindo as funções públicas de assistência à saúde quando houver déficit de recursos públicos.

QUESTÃO 22

Nos últimos anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) alcançou avanços importantes no seu desenvolvimento. No entanto, ainda existem dificuldades para superar a fragmentação das ações e serviços de saúde e qualificar a gestão do cuidado. O debate em torno da busca pela integração dessas ações adquiriu nova ênfase a partir do Pacto pela Saúde, firmado em 2006 entre os gestores do SUS, e que se efetiva em três dimensões. Dentre elas, tem-se o Pacto em Defesa do SUS, que se traduz no compromisso com

- (A) as prioridades que apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira.
- (B) o estabelecimento de um espaço regional como lócus de construção e execução das ações pactuadas.
- (C) a consolidação dos fundamentos políticos e princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde.
- (D) os princípios e diretrizes para a descentralização, regionalização, financiamento, planejamento, programação pactuada e gestão do trabalho e da educação em saúde.

QUESTÃO 23

A conferência de saúde e o conselho de saúde, em cada esfera de governo, são instâncias colegiadas que devem compor a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Essas terão sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovadas pelo respectivo

- (A) secretário municipal de saúde.
- (B) secretário estadual de saúde.
- (C) conselho nacional de saúde.
- (D) conselho de saúde.

QUESTÃO 24

Conforme a Resolução nº 588, de 12 de julho de 2018, as estratégias para organização da vigilância em saúde devem contemplar respostas, de forma oportuna e proporcional, às emergências em saúde pública, com o estabelecimento de plano de resposta, a ser elaborado por cada esfera de gestão, considerando

- (A) a gravidade do evento à saúde e a organização e fluxos da rede de atenção.
- (B) o processo saúde doença e o aporte financeiro para a execução das ações.
- (C) as vulnerabilidades do território e os cenários de risco à saúde.
- (D) os condicionantes e determinantes da saúde e o modelo de atenção.

QUESTÃO 25

De acordo com a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS), a área técnica da regulação do acesso à assistência deve ser estabelecida mediante a implantação dos complexos reguladores, formados por unidades operacionais denominadas centrais de regulação. O complexo regulador pode ter abrangência e estrutura pactuadas entre gestores e possui, dentre outras, as seguintes atribuições:

- (A) fazer a gestão da ocupação de leitos e agendas das unidades de saúde; atuar de forma integrada aos processos autorizativos e estabelecer e executar critérios de classificação de risco.
- (B) garantir o acesso aos serviços de saúde de forma adequada; diagnosticar, adequar e orientar os fluxos da assistência e subsidiar as ações de planejamento, controle, avaliação e auditoria em saúde.
- (C) construir e viabilizar as grades de referência e contrarreferência; capacitar de forma permanente as equipes que atuarão nas unidades de saúde e subsidiar a programação pactuada e integrada.
- (D) elaborar, disseminar e implantar protocolos de regulação; subsidiar o processamento das informações de produção e fomentar o uso e a qualificação das informações dos cadastros de usuários, estabelecimentos e profissionais de saúde.

QUESTÃO 26

A rede de atenção à saúde é definida como arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, que buscam garantir a integralidade do cuidado, possuem diferentes densidades tecnológicas e são integradas por meio de sistemas de apoio

- (A) tecnológico, financeiro e de educação.
- (B) logístico, tecnológico e de educação.
- (C) financeiro, técnico e de gestão.
- (D) técnico, logístico e de gestão.

QUESTÃO 27

O Humaniza-SUS lança mão de ferramentas e dispositivos para consolidar redes, vínculos e a corresponsabilização entre usuários, Ministério da Saúde, trabalhadores e gestores. Esse programa opera com o princípio da

- (A) indissociabilidade.
- (B) transversalidade.
- (C) regularidade.
- (D) igualdade.

QUESTÃO 28

A atenção básica busca produzir a assistência integral, por meio da promoção da saúde, da prevenção de doenças, do diagnóstico, do tratamento, da reabilitação e da redução de danos que possam comprometer a autonomia das pessoas. Dessa forma, é fundamental o desenvolvimento de ações voltadas para o alcance dessas finalidades fazendo com que os profissionais das equipes de saúde da família, que integram os serviços da atenção básica, realizem de forma integrada às ações que lhes são atribuídas, as ações de vigilância

- (A) epidemiológica.
- (B) ambiental.
- (C) sanitária.
- (D) em saúde.

QUESTÃO 29

As doenças transmissíveis são uma ameaça à saúde dos indivíduos e têm potencial de ameaçar a segurança das populações. Essas são chamadas de endêmicas quando a doença surge em uma

- (A) área geográfica ou grupo populacional e apresenta um padrão de ocorrência relativamente estável com elevada incidência ou prevalência.
- (B) região ampla, em vários países e continentes ao mesmo tempo, com transmissão sustentada e grande distribuição geográfica.
- (C) região ou comunidade com um número de casos em excesso, em relação ao que normalmente seria esperado.
- (D) área geográfica limitada, com o número de casos acima do esperado e em um curto intervalo de tempo.

QUESTÃO 30

Conforme orientação da rede nacional de serviços de verificação de óbito e esclarecimento da causa mortis, os exames necroscópicos deverão ser realizados nas dependências do

- (A) instituto médico-legal e por médico patologista.
- (B) serviço de verificação de óbitos e por médico patologista.
- (C) instituto médico-legal e por profissionais técnicos em necrópsia.
- (D) serviço de verificação de óbitos e por profissionais técnicos em necrópsia.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

De acordo com o Código de Ética e Deontologia da Terapia Ocupacional (Resolução COFFITO nº 425/2013), é vedado ao profissional terapeuta ocupacional

- (A) realizar intervenções domiciliares sem registro formal, desde que autorizadas verbalmente pela família.
- (B) prestar assistência a indivíduos em situações emergenciais quando não houver outro profissional disponível.
- (C) interromper o atendimento quando houver risco à integridade física do profissional.
- (D) divulgar resultados terapêuticos utilizando imagens de usuários sem a devida autorização formal.

QUESTÃO 32

A atuação do terapeuta ocupacional na Atenção Básica deve priorizar

- (A) procedimentos especializados para reabilitação motora intensiva.
- (B) ações centradas exclusivamente no atendimento individualizado.
- (C) estratégias territoriais voltadas à promoção de autonomia e participação social.
- (D) intervenções exclusivamente ambulatoriais e previamente agendadas.

QUESTÃO 33

A compreensão do uso da atividade, com o propósito do exercício específico, pressupõe que alguns procedimentos devem ser seguidos, são eles

- (A) análise, adaptação, seleção e graduação.
- (B) seleção, adaptação, repetição e avaliação.
- (C) análise, organização, repetição e testagem.
- (D) avaliação, seleção, treinamento e testagem.

QUESTÃO 34

A reabilitação psicossocial segundo a Terapia Ocupacional caracteriza-se por

- (A) ênfase em habilidades motoras como núcleo da intervenção.
- (B) promoção da inserção social como eixo central do cuidado.
- (C) organização de atividades exclusivamente técnicas e laboratoriais.
- (D) acompanhamento institucional prolongado como regra geral.

QUESTÃO 35

Leia o caso a seguir.

Um acidente traumático provoca lesão medular, com preservação do funcionamento de importantes grupos musculares, especialmente do tríceps. Observa-se extensão enérgica dos antebraços e atuação dos extensores comuns dos dedos e do flexor longo, permitindo movimentação ativa da mão para preensão de objetos, apesar de hipotonia de preensão.

Esse quadro clínico indica secção medular em qual segmento cervical?

- (A) 1º.
- (B) 4º.
- (C) 5º.
- (D) 7º.

QUESTÃO 36

Partindo do princípio de que o atendimento de Terapia Ocupacional social é o pioneiro em consonância com as diretrizes da política de assistência social, apresentam-se alguns pontos necessários para que se chegue ao eixo condutor da inclusão social da pessoa portadora de deficiência. São eles

- (A) autonomia, independência, acessibilidade e direitos humanos.
- (B) equiparação de oportunidades, escolaridade, acessibilidade e cidadania.
- (C) direitos humanos, vivência de relações comunitárias, compaixão e cidadania.
- (D) escolaridade, compaixão, autonomia e participação social.

QUESTÃO 37

As novas tendências da Terapia Ocupacional baseadas no cotidiano enfatizam

- (A) a intervenção estruturada a partir de protocolos padronizados previamente estabelecidos.
- (B) a centralidade das ocupações significativas e de práticas situadas no contexto real.
- (C) o uso predominante de tecnologias duras para garantia de resultados.
- (D) a valorização de atividades repetitivas como forma primária de reabilitação.

QUESTÃO 38

Considerando o regime jurídico de proteção social estabelecido no Capítulo III da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, acerca da proteção da família, da criança, do adolescente, do idoso e da pessoa com deficiência, conforme as disposições legais aplicáveis, compreende-se que

- (A) a promoção de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência é condicionada à disponibilidade de convênios externos, não constituindo obrigação direta do Município.
- (B) a família é reconhecida como núcleo fundamental da sociedade, mas o Município não possui dever legal de implementar ações de apoio, devendo restringir-se à atuação em saúde e educação.
- (C) o Município deve assegurar, de forma integrada e prioritária, a proteção à criança e ao adolescente, garantindo-lhes condições para o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em ambiente familiar e comunitário.
- (D) a proteção aos idosos no âmbito municipal constitui competência exclusivamente suplementar, cabendo ao Município atuar apenas quando inexistirem políticas estaduais ou federais específicas.

QUESTÃO 39

A atuação profissional junto a populações em situação de vulnerabilidade compreende práticas voltadas à garantia de direitos, ao fortalecimento de redes de suporte social e à ampliação da participação cidadã, considerando os contextos históricos, sociais e culturais que atravessam essas populações. Nesse sentido, a atuação com populações em vulnerabilidade inclui

- (A) intervenções focadas apenas na assistência emergencial.
- (B) abordagens que reforçam padrões normativos como forma de controle social.
- (C) estratégias de fortalecimento de redes, direitos e participação cidadã.
- (D) atuação centrada exclusivamente em necessidades biomédicas.

QUESTÃO 40

Durante a elaboração e implementação de políticas públicas de saúde no município, os gestores devem observar as diretrizes estabelecidas na legislação municipal que orienta a organização das ações e serviços de saúde. Nesse contexto, de acordo com o Capítulo II – Da Saúde, da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, constitui diretriz da política municipal de saúde

- (A) restringir o atendimento público apenas a moradores que comprovem renda mínima e residência fixa.
- (B) garantir a universalidade, a igualdade e a integralidade das ações e serviços de saúde, conforme os princípios do SUS.
- (C) priorizar exclusivamente o atendimento curativo, deixando as ações de prevenção sob responsabilidade federal.
- (D) delegar totalmente à iniciativa privada a organização e execução das ações de saúde.

QUESTÃO 41

No âmbito da atuação profissional em Terapia Ocupacional, o terapeuta ocupacional é responsável

- (A) pelo treino das atividades da vida diária (AVD).
- (B) pela promoção da saúde.
- (C) por curar doenças e eliminar completamente os sintomas.
- (D) por capacitar indivíduos.

QUESTÃO 42

Na política de Saúde Mental pós-reforma psiquiátrica, o terapeuta ocupacional deve priorizar

- (A) institucionalização prolongada como estratégia principal de cuidado e proteção social.
- (B) processos grupais organizados principalmente por regras disciplinares e normativas.
- (C) construção de projetos terapêuticos singulares, com ênfase na vida comunitária.
- (D) atividades centradas exclusivamente na remissão sintomática.

QUESTÃO 43

No Brasil, a fiscalização e a normatização do exercício profissional de fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais são realizadas por órgãos específicos que compõem o sistema responsável por orientar, disciplinar e supervisionar essas profissões. Nesse contexto, a Lei nº 6.316/1975 instituiu

- (A) a obrigatoriedade de residência terapêutica para terapeutas ocupacionais.
- (B) o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
- (C) a regulamentação da Atenção Básica no Brasil.
- (D) o Sistema Único de Saúde.

QUESTÃO 44

A estimulação vestibular é obtida através de movimentos lineares e

- (A) finos.
- (B) contínuos.
- (C) amplos.
- (D) rotatórios.

QUESTÃO 45

Em vigilância e monitoramento do desenvolvimento infantil, o terapeuta ocupacional deve

- (A) restringir sua atuação às crianças com diagnóstico clínico fechado.
- (B) utilizar somente a observação livre, sem instrumentos de triagem.
- (C) identificar riscos biológicos e sociais e orientar cuidadores precocemente.
- (D) aguardar encaminhamento médico antes de qualquer orientação.

QUESTÃO 46

Na apraxia, alteração comum nos pacientes que sofreram acidente vascular encefálico (AVE), a despeito da mobilidade, da sensação e da coordenação estarem intactas, ocorre a incapacidade de executar movimentos

- (A) automáticos.
- (B) intencionais ou complexos.
- (C) simples.
- (D) relacionados à comunicação verbal.

QUESTÃO 47

A Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC), conforme as diretrizes da OMS – Community-Based Rehabilitation Guidelines (2010), é uma abordagem que busca promover a inclusão social, a participação ativa e o fortalecimento das capacidades das pessoas com deficiência. A RBC articula estratégias intersetoriais envolvendo comunidade, família, serviços de saúde, educação e assistência social, de modo a ampliar o acesso a direitos, apoiar a autonomia e facilitar a participação cidadã. Nesse contexto, a Reabilitação Baseada na Comunidade compreende

- (A) programas centrados exclusivamente na reabilitação física.
- (B) ações fragmentadas realizadas apenas por profissionais especializados.
- (C) estratégias intersetoriais que envolvem comunidade, família e serviços.
- (D) abordagens que excluem participação ativa das pessoas com deficiência.

QUESTÃO 48

Leia o caso a seguir.

Durante sua atuação em um serviço de saúde, um terapeuta ocupacional enfrenta situações que envolvem divulgação de informações de pacientes, pressões institucionais sobre decisões clínicas e ofertas de benefícios financeiros por indicação de serviços.

No caso apresentado, a conduta do terapeuta deve estar alinhada aos princípios e às normas estabelecidas na Resolução COFFITO nº 425/2013. De acordo com essa normativa, é diretriz que

- (A) o terapeuta ocupacional pode divulgar resultados clínicos de pacientes, desde que suprima o nome do usuário, ainda que o conteúdo permita identificação indireta da pessoa, desde que seja para fins científicos.
- (B) em situações de conflito entre normas institucionais e princípios éticos, o terapeuta ocupacional deve sempre seguir a diretriz administrativa, mesmo que contrarie princípios de beneficência e não maleficência, para evitar responsabilidade disciplinar.
- (C) o profissional pode receber comissão financeira por indicar serviços privados complementares, desde que informe previamente o usuário e declare o valor recebido, garantindo transparência.
- (D) a atuação profissional deve estar orientada pelo respeito à dignidade humana, à autonomia e à promoção de práticas que evitem danos, inclusive em situações em que haja pressões externas.

QUESTÃO 49

O controle cervical, a postura sentada sem apoio, a dissociação dos membros permitindo o rolar e a independência no uso das mãos na postura sentada são o marco do desenvolvimento de uma criança de

- (A) três meses.
- (B) seis meses.
- (C) doze meses.
- (D) dezoito meses.

QUESTÃO 50

Segundo o *Capítulo III — Da Proteção Social* da Lei Orgânica do Município de Senador Canedo, é dever do Município

- (A) restringir os programas de proteção à família apenas às famílias cadastradas em programas federais.
- (B) priorizar a proteção integral à criança e ao adolescente, assegurando-lhes direitos fundamentais como saúde, educação.
- (C) delegar exclusivamente ao Estado de Goiás a responsabilidade pela criação de políticas de proteção ao idoso.
- (D) deixar a cargo apenas de entidades privadas a elaboração de programas de apoio às pessoas com deficiência.

RASCUNHO**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

Questão 01

Aborde a contribuição do terapeuta ocupacional nos cuidados dirigidos a crianças com transtornos do desenvolvimento e deficiência, considerando vigilância do desenvolvimento, participação da família, intervenção centrada no cotidiano e articulação com políticas públicas de proteção social.

(100 pontos)

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30